

## **OCUPAÇÕES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO**

### **NON-AGRICULTURAL RURAL OCCUPATIONS AND PLURIATIVITY AS STRATEGIES FOR STAYING IN THE COUNTRYSIDE**

José Benedito Leandro<sup>1</sup>

**Área Temática: Cooperativismo e Associativismo**

#### **RESUMO**

Em um contexto globalizado e em crise do capitalismo diferentes estratégias são impostas e desenvolvidas por agricultores familiares e por assentados da reforma agrária para a sua sobrevivência. O objetivo deste trabalho é discutir os conceitos de pluriatividade e das ORNA (Ocupações Rurais Não Agrícolas) e seu uso para a explicação de parte da realidade rural brasileira num contexto de globalização. Aborda a utilização destes mecanismos pelos produtores familiares e assentados da reforma agrária e a sua viabilidade para a permanência no campo. Para a elaboração deste trabalho utilizou-se pesquisa bibliográfica sobre a temática e análise qualitativa dos dados. As pesquisas de Carneiro (1998; 1999; 2001, 2016), de Alentejano (2001) e Graziano da Silva (2001) revelam que o desenvolvimento das ORNA e da pluriatividade se espalha por todas as regiões do Brasil e em várias partes do mundo. Ressalta-se que a aplicação destas atividades por produtores familiares e assentados contribui para a superexploração do trabalho no campo, assim como ocorre no meio urbano. Conclui-se que as diferentes estratégias como pluriatividade e ORNA, diversificação de culturas de forma individual ou coletiva, contribuem para a permanência do homem no campo, geram emprego e renda e viabilizam os sonhos das famílias rurais.

**Palavras-Chave:** Agricultura Familiar. ORNA. Pluriatividade. Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Tecnologia de Botucatu e da Faculdade Sudoeste Paulista de Avaré; Graduado em Ciências Sociais; e em Pedagogia; Possui Aperfeiçoamento em Sociologia Rural; Especialização MBA em Administração e Finanças; Mestrado em Educação. End.: Av. José Ítalo Bacchi, S/n. – Jardim Aeroporto, Botucatu-SP, CEP 18606-855, tel. (14) 3814-3004, E-mail: [profjbleandro@gmail.com](mailto:profjbleandro@gmail.com) e [jleandro@fatecbt.edu.br](mailto:jleandro@fatecbt.edu.br)

### ABSTRACT

In a globalized context and in crisis of capitalism different strategies are imposed and developed by family farmers and by settlers of agrarian reform for their survival. The objective of this work is to discuss the concepts of pluriactivity and the NARO (Non-Agricultural Rural Occupations) and its use for the explanation of part of the Brazilian rural reality in a context of globalization. It addresses the use of these mechanisms by the family farmers and settlers of the agrarian reform and their viability for the stay in the countryside. For the elaboration of this work as used bibliographic research on the thematic and qualitative analysis of the data. The research of Carneiro (1998, 1999, 2001, 2016), Alentejano (2001) and Graziano da Silva (2001) show that the development of NARO and pluriactivity is widespread in all regions of Brazil and in various parts of the world. It should be noted that the application of these activities by family producers and settlers contributes to the overexploitation of work in the countryside, just as it occurs in the urban environment. It is concluded that different strategies such as pluriativity and NARO, individual or collective diversification of crops, contribute to the permanence of man in the countryside, generate employment and income and enable the dreams of rural families.

**Keywords:** Family farming. ORNA. Pluriativity. Public policy.

## 1 INTRODUÇÃO

Unidade Familiar de Produção Rural é, conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2014), o conjunto composto pela família e agregados denominados, em seu conjunto, como “agricultores familiares”, que exploram uma combinação de fatores de produção com a finalidade de atender à demanda interna por alimentos e outros bens que contribuem para o abastecimento da sociedade brasileira e na geração de divisas (MDA, 2014).

A definição agricultura familiar se solidifica no Brasil a partir de meados da década de 1990 graças à elaboração de políticas públicas federais como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), de 1996, e estaduais que adotaram a terminologia em seus documentos oficiais e passaram a criar órgãos que adotaram a sua classificação.

A Lei Federal 11326 de 2004, Art. 3º, estabelece os seguintes requisitos para a denominação de agricultor familiar:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definitiva pelo Poder Executivo;
- IV - dirigida seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A classificação é definida em cruzamento com a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município.

Segundo Navarro e Pedroso (2014, p. 7) são: “[...] pequenos produtores rurais, aqueles [...] da vida rural, agricultura familiar é sinônimo de pequena produção rural e, por isto, engloba os estabelecimentos produtores das rendas mais baixas e também aqueles de menores tamanhos de área”. Para Navarro e Pedroso (2014, p. 7): “Sociologicamente, seria o grande conjunto de famílias que formariam a baixa classe média e uma fração do subproletariado, ambas as classes moradoras das regiões rurais brasileiras e envolvidas com as atividades agrícolas. ”

No entanto, atualmente, diversos produtores rurais também viabilizam sua existência através de atividades não agrícolas.

Navarro e Pedroso (2014) são críticos da noção de agricultura familiar introjetada e difundida no Brasil desde o seu início na década de 1990, pois, consideram que há uma heterogeneidade de condições entre os agricultores que foi ao longo das últimas décadas desconsiderada:

Este é um “pecado original” da noção, desde o seu nascimento, pois forçou uma aparente homogeneização de um conjunto de produtores que, concretamente, é muito diverso – os pequenos produtores, no Brasil, vivem situações extremamente diferenciadas, para as quais seriam necessárias tanto políticas diferenciadas como também ações sindicais distintas (NAVARRO; PEDROSO, 2014, p. 10).

Para Mattei (2014, p. 85) esse estrato da população rural contribui para a biodiversidade, a valorização do trabalho familiar, a inclusão de jovens e de mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Contribui também para a promoção da democratização do acesso à terra e aos demais meios de produção, como estratégia de construção do desenvolvimento rural sustentável.

Segundo o MDA (2014): a Agricultura Familiar soma quase 5 milhões de Unidades Familiares de Produção Rural. Envolve mais de 10% da população nacional. Totaliza quase 25 milhões de agricultores familiares no campo. Portanto, tal agricultura é suma importância ao país, tanto quanto à ocupação do território nacional, quanto à produção de alimento especializada ao mercado nacional, revelando-se importante no ambiente do abastecimento interno, além, de contribuir parcialmente com as exportações.

O MDA (2014) assumiu que até recentemente, década de 1990, essas duas características “não se mostravam suficientes à visão dos tomadores de decisão para envolver a Agricultura Familiar no contexto das políticas públicas de maneira integrada e integral”.

Historicamente o tratamento dado ao campesinato é opressor e visou até a sua extinção, ao absorver-se e implantar-se o que José Graziano da Silva chama de Modernização Dolorosa (WANDERLEY, 2011; 2015).

Em 2006, o Censo Agropecuário revelou que, dos 5565 municípios no Brasil, 5.543 possuíam agricultura familiar, somando-se 4.367.902 propriedades familiares (IBGE, 2006 apud MDA, 2014, p. 8). Das 5.175.489 propriedades rurais do Brasil (registros válidos), cerca de 4,4 milhões são propriedades familiares (IBGE, 2006 apud WANDERLEY, 2011; NAVARRO; PEDROSO, 2014).

Para a sua sobrevivência e permanência no campo os produtores familiares e assentados da reforma agrária, bem como quilombolas e outras populações tradicionais que exercem atividades produtivas e constroem sua sociabilidade na zona rural, desenvolvem diferentes estratégias para a viabilização dos objetivos de seus núcleos familiares e de suas comunidades.

Dentre as estratégias sobressaem-se a pluriatividade e as ORNA (Ocupações Rurais Não Agrícolas). Destaca-se dentre elas, as atividades de turismo e lazer. Estas podem ser desenvolvidas na unidade de produção familiar ou em áreas comunitárias.

A pluriatividade pode ser abordada sob diferentes ângulos. Aqui se utiliza a concepção de pesquisadores como Carneiro (1998; 1999; 2001; 2016) e Wanderley (2011; 2016).

Considera-se essa prática como um conjunto de estratégias que combinam as atividades produtivas rurais na propriedade rural familiar e em áreas comunitárias, bem como em atividades fora destas unidades de produção e também nas zonas urbanas.

Essa combinação resulta em aumento de trabalho para alguns camponeses e em alguns casos dupla ocupação de força de trabalho dentro e fora do local de moradia. Em outros casos, o excedente de força de trabalho de parte dos membros da família, é ocupado em unidades produtivas nas cidades ou agroindústrias e indústrias diversas, bem como rede de serviços, como a hoteleira, de jardinagem, etc.

O objetivo deste trabalho é discutir os conceitos de pluriatividade e das ORNA e seu uso para a explicação de parte da realidade rural brasileira num contexto de globalização. Visa abordar a utilização de tais mecanismos pelos produtores familiares e assentados da reforma agrária e a sua viabilidade para a permanência no campo.

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

Para a elaboração do trabalho utilizou-se pesquisa bibliográfica, sobre a temática. Esta é definida como aquela: “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), consultados em versões impressas e digitais (LAKATOS; MARCONI, 2002).

Alguns dos aspectos da realidade dos assentamentos rurais e da agricultura familiar, advém das pesquisas de campo e da produção acadêmica como pesquisador da área desde 1995, e a partir da experiência docente no curso de agronegócio, incluindo as disciplinas: agricultura familiar, associativismo e cooperativismo, projeto de conclusão de curso e de visitas técnicas e relatos de produtores rurais familiares.

Os dados foram analisados de modo qualitativo. A pesquisa qualitativa é “[...] uma amostra intencional, em que os indivíduos são selecionados com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa” (GIL, 2002, p. 145). Esta considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, não traduzidas em números e estatísticas. (MINAYO, 2007). A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pluriatividade, segundo Carneiro (1998), explica-se pela múltipla inserção dos agricultores no mercado de trabalho, que passam a ser operários - camponeses. Além de trabalharem em suas propriedades rurais, realizam outras atividades fora dela em outras propriedades e nas cidades ou setor de serviços como na rede hoteleira.

Na pesquisa realizada nos Alpes franceses a autora afirma que o recurso a atividades não-agrícolas, na maioria dos casos, está fortemente relacionado ao contexto familiar, mesmo quando é exercido individualmente. Normalmente, essa prática só é possível se um ou vários membros da família se dedicam às tarefas produtivas agrícolas, assumindo, assim, a responsabilidade pela continuidade da exploração agrícola e da ocupação do patrimônio. O exercício dessas atividades depende, fundamentalmente, dos laços e dos valores familiares. Torna-se, portanto, indispensável incluir a ideologia e as representações sociais no estudo dos significados das práticas econômicas desses atores sociais.

Carneiro (2001) defende que a pluriatividade é uma noção que resulta das evidências sobre a inserção plural dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho e sobre a diversificação dos usos dos espaços rurais.

Considera-se no presente trabalho a validade da decisão de Carneiro (1998; 1999; 2001; 2016) de privilegiar a família como universo de observação. Ela se justifica pela sua importância como agente integrador das relações sociais no interior das pequenas explorações agrícolas. A qualidade das relações sociais que são integradas pela família camponesa é muito diversa, mas é nos domínios do parentesco e do trabalho que se encontram os dois principais sistemas de relações que articulam e estruturam os indivíduos na família e na sociedade. Laços de descendência e de aliança conformam uma unidade de parentesco que constitui também uma unidade de produção (CARNEIRO, 1998; 1999; 2001; 2016).

Carneiro (1998; 2001; 2016) nos alerta que em estudos sobre a realidade das ocupações no campo um conjunto de situações e processos sociais heterogêneos são indicados por uma única categoria - a de pluriatividade. A autora questiona o olhar de certos pesquisadores ao terem, a multiplicidade de formas e de situações em que são praticadas as atividades extra agrícolas consideradas como evidência da flexibilidade e da grande capacidade adaptativa da pluriatividade aos diferentes contextos econômicos e históricos.

No estudo realizado por Carneiro (1998) nos Alpes franceses, a pesquisadora observou que regiões desfavoráveis à intensificação da agricultura e à instalação das grandes explorações

capitalistas, como as zonas de montanha, por exemplo, são tradicionalmente espaços abertos à prática de atividades complementares não agrícolas.

No entanto, no caso brasileiro, Graziano da Silva (2001) opina de forma diferente. As utilizações de ORNA (Ocupações Rurais Não Agrícolas) e da pluriatividade estão muito ligadas às demandas urbanas.

Carneiro (2001) afirma em seu estudo a forte contribuição das ORNA como possibilitadoras de permanência de produtores familiares no campo. "Para esses, a renda proveniente de atividades associadas à exploração turística ou à comercialização de "produtos da fazenda" (queijos, iogurtes, geleias, sucos de fruta, congelados etc.) permite a permanência no campo e a continuidade da agricultura em regiões até então ameaçadas pela desertificação".

Da mesma forma os municípios de Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins da Serra do Espírito Santo, BR, realizam diversas atividades agroturísticas e de turismo rural que viabilizam as propriedades familiares e estimulam a economia regional, conforme dados do MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (2007).

Há também o caso bem-sucedido da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, em Santa Rosa de Lima, na Serra Catarinense (WALKOWSK; DAMO; LOCH, 2017).

Para que se obtenha sucesso em um processo de implantação de projeto turístico nas áreas rurais como em Santa Catarina, Walkowsk, Damo e Loch (2017, p.326), sugerem:

O espaço é adaptado para a atividade turística cujas práticas usufruem dos atrativos e dispõem de elementos como a infraestrutura para atrair mais visitantes a um destino, além das relações com os prestadores de serviços diretos e indiretos. O turismo usufrui das condições sociais existentes e a atratividade varia em relação ao patrimônio natural e cultural e a própria convivência com o cotidiano agrícola.

O Ministério do Turismo - MTur (BRASIL, 2008 apud SANTOS; THOMAZ, 2014, p. 961), conceitua turismo no espaço rural englobando as diversas atividades desenvolvidas no meio rural, independentemente de suas especificidades, tais como: "o turismo rural, o agroturismo e o turismo rural na agricultura familiar. É o conjunto de atividades comprometidas com as atividades agropecuárias e com a valorização do patrimônio cultural e natural como feições da oferta turística no meio rural".

Segundo Azevedo, Lopes e Gonçalves (2014, p. 828) o turismo rural surge como mais um segmento no mercado turístico, que visa oferecer novas possibilidades de lazer em espaços que guardam importantes características naturais, com possibilidade de atividades tradicionais do campo. Segundo os autores, é uma prática recente no Brasil, quando comparada com o turismo de sol e mar, que explora o litoral, as regiões de lagos etc.

Destaque-se que agroturismo não é a mesma coisa que turismo em área rural:

[...] o turismo em áreas rurais que pode ser um ecoturismo ou turismo de aventura. Assim, ressalta-se que, o turismo rural deve abarcar os fatores expostos e se associar estritamente às atividades agrícolas e ao cotidiano rural de determinado espaço que, se associado a um modelo de exploração racional do patrimônio histórico-cultural e ambiental se tornaria um exemplo contundente de turismo com desenvolvimento local. (AZEVEDO; LOPES; GONÇALVES, 2014, p. 831).

Essas diferenciações ajudam a entender a realidade diversa de atividades e estratégias que podem ser utilizadas pelos proprietários individualmente ou associados.

Na região da Cuesta de Botucatu pratica-se o turismo de aventura e o ecoturismo. Ainda que bem pouco explorado e mal gerenciado e mal aproveitado tanto pelos proprietários rurais da região e por parte das diversas prefeituras da região Polo Cuesta.

Desataque-se que, em setembro de 2003 o Governo Federal lançou uma linha especial de crédito dentro do PRONAF, chamada “PRONAF Turismo Rural”, com o objetivo de apoiar os agricultores familiares que almejam programar atividades turísticas no âmbito das unidades familiares de produção (SOUZA; BORÉM; ALVES, 2014), o que pode, a longo prazo, contribuir com o aumento de ORNAs por parte dos produtores familiares de diversas regiões do país.

Nos casos em que os camponeses passam a realizar atividades nas indústrias que se instalam nas regiões de baixa organização de militâncias políticas e sindicais, alguns autores citados por Carneiro afirmam que estariam em curso o desaparecimento desses pequenos agricultores considerados inviáveis no contexto da modernização. Mesliand (apud CARNEIRO, 1998, p. 150) afirma que "lentamente, a base agrícola da dupla atividade perde sua importância no equilíbrio socioeconômico do camponês-operário que se torna operário-camponês".

Isso poderia indicar como se supõe, a proletarianização desse "agricultor marginal" na forma como foi tratada pelos estudiosos europeus entre as décadas de 1960 e 1970, como "**agricultura de tempo parcial**" (CARNEIRO, 1998, grifo nosso). Já nos anos 80 o conceito para tratar dessa realidade foi sendo substituído pela noção de pluriatividade, que segundo Carneiro, aponta tanto para a diversidade de situações como também para a possibilidade de um processo mais permanente e não transitório como até então se supunha.

No debate sobre o termo pluriatividade para tratar das várias atividades realizadas pelos agricultores para a viabilização de suas expectativas, a autora afirma que essas atividades podem ser consideradas tanto como um fenômeno antigo como recente.

No Brasil o pioneirismo do uso do conceito de pluriatividade se destaca na abordagem da realidade da Região Sul, onde a relação entre trabalho industrial e trabalho agrícola vem se tornando uma alternativa para pequenos agricultores (SCHNEIDER, 1994; ANJOS, 1995 apud

CARNEIRO, 1998). Seyferth (apud CARNEIRO, 1998; 2001) ao tratar da realidade dos colonos-operários em Santa Catarina, aponta que a prática de atividades extra agrícolas é antiga e reporta-se ao início do século XX, mas a partir de 1930 se configura a agricultura de tempo parcial em que o trabalho agrícola é complemento de salário. Isso indica o recurso frequente às atividades remuneradas fora da agricultura como um dos mecanismos de suas estratégias de vida, sem contudo, distinguir nessa prática um fenômeno social específico.

O ambiente necessário para a proliferação do trabalho pluriativo seriam: "a associação entre a pluriatividade e a dispersão industrial e urbana, isto é, vinculam o desenvolvimento da pluriatividade às transformações recentes nos processos de industrialização e urbanização, que, rompendo com o padrão fordista clássico baseado na concentração, caracterizam-se pela dispersão espacial, pela multiplicação de pequenas cidades e pela descentralização das plantas industriais" (ALENTEJANO, 2001, p. 150).

Ao que a nossa variedade de realidades indica, esse fenômeno acabou por se reconfigurar e até não mais necessitar daqueles pressupostos originais, rompendo até mesmo a visão de sua manifestação nos moldes europeus e rompendo com as explicações de seus teóricos. Isso é também reforçado por Alentejano (2001, p. 151) que nos lembra do surgimento de pluriatividade ligada ao turismo e ao lazer, e que não é necessariamente impulsionada pela urbanização e industrialização. Alentejano defende ainda que o conceito de pluriatividade deva ser usado também para a análise de outras regiões do Brasil além da Sul e Sudeste. Considera que a pluriatividade "[...] não é um produto apenas da urbanização do meio rural" [...] e "está profundamente vinculada à resistência de uma expressiva parcela de agricultores à difusão de um modelo único de agricultor modernizado" (ALENTEJANO, 2001, p. 155).

É importante lembrar, que a interferência do urbano sobre a cultura camponesa é notória em diversas realidades. A busca pelo idílico por exemplo, por produtos orgânicos, "da fazenda", pelas festas, pelo bucólico, trouxe tanto o turista, como o aposentado e aqueles que visam moradia num espaço "saúdável", etc., contribuiu para a recuperação de valores rurais paradoxalmente pela população urbana.

Graziano (2001) aposta na defesa de que as demandas urbanas impõem a dinâmica das ocupações e investimentos na área rural na atualidade envolvendo uma diversidade de interesses. As empresas rurais não agrícolas seriam um grande exemplo disso, bem como outros processos ligados à demanda imobiliária. Lembrando das "áreas de lazer e/ou residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio) em como a prestação de serviços pessoais a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos, etc.); a demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para a autoconstrução de suas moradias em áreas rurais; e

ainda a demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços que buscam o meio rural como uma alternativa favorável de localização para fugir das externalidades' negativas dos grandes centros urbanos (condições de tráfego, poluição, etc.)" (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 8). Essas características predominam na região Centro-Sul do Brasil, conforme o autor, que concentra a maioria da população de rendas mais altas e também a agricultura mais moderna do país.

Os argumentos de Graziano (2001, p. 8) apontam para a defesa de que o motor do crescimento das empresas rurais não agrícolas, não são as mudanças internas do setor agrícola, mas sim as demandas urbanas por bens e serviços não - agrícolas: é isso, segundo ele, em essência, o que há de novo no rural brasileiro e latino americano.

Porém, deve-se discordar do autor, quanto ao nível de generalização que faz como sendo predominante na realidade rural brasileira e latino-americana. Como bem lembra Carneiro em diversas obras publicadas, as alterações nas atividades produtivas dos produtores familiares nem sempre ocorrem devido às demandas urbanas. Historicamente os produtores familiares recorrem à diversificação de atividades para a viabilização de suas unidades produtivas, seja através de trabalho fora da propriedade assalariando-se, seja prestando serviços, seja dentro das propriedades produzindo melhoramentos e agregando valores aos seus produtos rurais. Aliás, desde dos escritos de Chayanov, Kautsky e outros, o conceito de produtor familiar já nos remete à diversificação de produção e mesmo de atividades fora da unidade produtiva por algum elemento da família como complemento de rendimentos (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2011).

Ressalte-se ainda que diferente do contexto francês, em que o dinheiro arrecadado com a pluriatividade, principalmente com salários pôde significar um aumento dos investimentos na exploração agrícola, "no Brasil os salários são em níveis tão baixos do necessário à reprodução do trabalhador que a atividade agrícola, quando combinada ao salário, acaba por favorecer mais ao capital industrial, ao produzir um complemento alimentar que contribui para a redução do custo da força de trabalho. Como já foi demonstrado, nas situações em que o trabalhador não tem controle sobre os meios de produção agrícola, essa forma de subordinação das pequenas unidades agrícolas à exploração capitalista resulta em instrumentos de dominação política e econômica dos trabalhadores" (ALVIM; LEITE LOPES, 1991 apud CARNEIRO, 1998, p. 209). As mesmas observações são feitas por Seyferth nos estudos citados por Alentejano. No entanto, a superexploração resultou em investimentos na propriedade familiar e viabilizou-a nos casos estudados da região sul, onde se verificou a pluriatividade.

O novo rural, como vem sendo tratado, no entanto, possui muitos traços do rural tradicional e outras de imposição das formas de estilo de vida citadina ou urbana, envolvendo a pluriatividade e as ocupações rurais não agrícolas. Aproximando-se da defesa de Carneiro (1998), da tendência à pluriatividade como uma das estratégias utilizadas pelos produtores familiares, assim como as ORNA, Graziano da Silva (2001) retoma a ideia da casa dos pais na propriedade rural como uma base territorial que acolhe os parentes próximos em algumas ocasiões festivas e que vem se tornando cada vez mais um ponto de refúgio nas crises, especialmente do desemprego, além de permanecer como alternativa de retorno para a velhice, semelhante às afirmativas de Carneiro para a realidade francesa.

No entanto, autores como Carneiro (1998; 1999; 2001; 2016) e Schneider (2003), preferem afirmar que as novas configurações do rural fazem parte da combinação de interesses e motivações da unidade familiar com as do contexto social em que se encontram. O rural não é o mesmo, está sendo superada a visão de ser considerado apenas como local de produção e passando a ser considerado como "lugar de vida", tanto no Brasil como na França, mas não se pode concordar com as afirmações que apregoam o seu desaparecimento.

Considera-se aqui a validade das afirmativas de Carneiro (1998) ao procurar distinção entre o aspecto econômico, produtivo, da dinâmica de reprodução das pequenas propriedades agrícolas e o caráter simbólico que elas sustentam como elemento constitutivo de uma identidade social. Dessa maneira, Carneiro defende que é possível reconhecer o significado das atividades não agrícolas ou, se quisermos, da pluriatividade, numa perspectiva relacional que vai além da sua funcionalidade econômica.

### 3.1 DISCUSSÃO

Seriam as ORNA (Ocupações Rurais Não Agrícolas) a alternativa para a permanência no campo?

A Tabela 1 apresenta que, durante o ano de 2006, em cerca de 1,1 milhão de estabelecimentos rurais familiares, 524.855 exerciam Atividades Não Agropecuárias e em 31.982 exerciam atividades agropecuárias e não agropecuárias.

Tabela 1 – Estabelecimento em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento, por tipo de atividade, segundo a agricultura familiar – Brasil - 2006

| Agricultura familiar | Estabelecimentos em que o produtor declarou ter atividade fora do estabelecimento |                   |                  |                                 |
|----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------|---------------------------------|
|                      | Estabelecimento                                                                   | Tipo de atividade |                  |                                 |
|                      |                                                                                   | Agropecuária      | Não agropecuária | Agropecuária e Não agropecuária |

|                                  |         |        |        |       |
|----------------------------------|---------|--------|--------|-------|
| Total                            | 1479362 | 686659 | 745594 | 47109 |
| Agricultura familiar - Lei 11326 | 1113992 | 557155 | 524855 | 31982 |
| Não familiar                     | 365370  | 129504 | 220739 | 15127 |

Fonte: Anuário da agricultura familiar (2015, p. 19).

A Tabela 2 revela que a renda de mais de 20 mil produtores familiares, foram advindas de atividades não agrícolas, em 2006.

Tabela 2 – Receitas obtidas por outras atividades não agrícolas realizadas no estabelecimento familiar rural (artesanato, tecelagem, etc.) em 2006

| Nº de Estabelecimentos | Valor (1000 R\$) arrecadado |
|------------------------|-----------------------------|
| 28797                  | 67632                       |

Fonte: Anuário da agricultura familiar (2015, p. 19).

Segundo o Anuário da agricultura familiar (2015, p. 21), as principais fontes de receitas não agrícolas foram as aposentadorias e pensões, bem como atividades desenvolvidas fora dos estabelecimentos rurais familiares, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Exemplos de outras receitas obtidas pelos estabelecimentos familiares em 2006

| Outras receitas                                                      | Nº de Estabelecimentos | Valor (1000 R\$) |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------|------------------|
| Aposentadorias ou pensões                                            | 887.912                | 5.063.925        |
| Salários obtidos pelo produtor em atividades fora do estabelecimento | 388.418                | 1.878.093        |

Fonte: Anuário da agricultura familiar (2015, p. 21).

Segundo Graziano da Silva (2001), ao analisar as ocupações exercidas pelas pessoas residentes em áreas rurais no período de 1992 a 1999, evidencia-se que quase todas as ocupações agropecuárias mostraram uma forte redução, especialmente aquelas mais genéricas como "trabalhador rural" e "empregado agrícola", que agregam os trabalhadores com menor grau de qualificação: cerca de um milhão de pessoas ocupadas a menos em 1999 em comparação a 1992.

Já quase todas as ocupações rurais não-agrícolas apresentaram um crescimento significativo no mesmo período, acumulando mais de 1,1 milhão de pessoas a mais em 1999, como que "compensando" a queda das ocupações agrícolas. "As atividades agrícolas continuam sendo a única alternativa para a maioria da população rural, especialmente para mais pobres."

Conforme Graziano da Silva (2001, p. 10), "o mais sério a ser destacado aqui é que, aqueles que vão sendo dispensados pelo "progresso" tecnológico e pela reestruturação

produtiva, não encontram automaticamente ocupações não agrícolas onde se engajar”. Graziano da Silva atribui isso à inadequação dos atributos pessoais dos trabalhadores agrícolas que são dispensados para exercerem as ORNA disponíveis.

As ORNA crescem nas áreas rurais que têm uma agricultura desenvolvida e/ou estão mais próximas de grandes concentrações urbanas. Além do que, há uma certa "reversão cíclica" à produção de subsistência nessas regiões mais atrasadas (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

Esse posicionamento é contrário ao de Alentejano (2001), que afirma que a concentração urbana não é pressuposto para pluriatividade, conforme tratado acima.

O cenário atual indica então que não será homogênea a caracterização do campo? O processo de mudanças no campo brasileiro comportará diversas realidades, estratégias e combinações entre as atividades tradicionais e as novas? Isso pode gerar também alguns resgates de aspectos do rural tradicional, tanto como única alternativa como resistências às mudanças em curso?

As respostas a tais questões não podem ser dadas sem forçar-se a fazer futurologia econômica, política e sociológica. Talvez se esteja vislumbrando uma possibilidade maior de diversidades de realidades e estratégias do que a homogeneização, mas não há certezas até aqui.

Um fator significativo é que o agronegócio tem sido considerado tanto por um grupo amplo de estudiosos do assunto como pelos governos Lula, Dilma e Temer, como uma alternativa econômica para o nosso país. O setor é o garantidor de saldos mínimos de nossa balança comercial.

Se o investimento previsto em agricultura familiar for tão real quanto o investimento nas grandes propriedades de produção monocultora de larga escala, e tão amplo quanto o volume de anúncios e discurso proferidos pelos nossos atuais membros do Ministério do Desenvolvimento Agrário, quanto do de Economia, isso pode resultar em apostas nas vocações regionais, assim como em demandas urbanas, como em resgate da agricultura tradicional, ou a diversificada, atendendo tantos interesses dos produtores familiares, como dos consumidores brasileiros e estrangeiros.

O agronegócio somado ao setor de agroprocessamento representa cerca de 35% do PIB – Produto Interno Brasileiro. E a agricultura familiar é responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária (SOUZA; BORÉM; ALVES, 2014). E 70% do que consumimos em nossas refeições diárias é produzido pela agricultura familiar (WANDERLEY, 2011; 2014; MATTEI, 2014). Apostar em monocultura da soja, da cana, da laranja e do eucalipto, não nos parece ser a alternativa viável.

No que se refere aos Assentamentos Rurais, a partir das observações de Graziano da Silva e Alentejano, reporta-se aqui a alguns aspectos desta realidade, considerando a experiência pessoal como pesquisador da temática, desde 1995.

Graziano (2001) afirma que assim como para os produtores familiares, também para os assentados, as atividades agrícolas tradicionais, como a produção de grãos, também não são mais as únicas alternativas hoje disponíveis para a geração de ocupação e renda para as famílias rurais. Ele defende que a política de reforma agrária crie novas formas de inserção produtiva para as famílias rurais, seja nas "novas atividades agrícolas", seja nas ORNA. Cita como exemplo possível, a agroindústria doméstica, que lhes permita agregar valor à sua produção agropecuária, como também os nichos de mercado propiciados pelas novas atividades agrícolas ou até mesmo na prestação de serviços pessoais ou auxiliares de produção.

Deve-se lembrar, no entanto, que nichos de mercado, assim como os modismos de demandas urbanas são passageiros e não solucionam o problema da viabilidade dos assentamentos efetivamente. Trata-se então, de um olhar paliativo.

Graziano (2001) não deixa de lado a abordagem das contribuições sociais não monetárias que os assentados conquistam com a reforma agrária, lembrando da moradia, da produção para o autoconsumo.

Ao lembrar da miséria e abandono de grande parte de nossos assentados, afirma que o mesmo quadro se dá para a realidade de nossos pequenos e médios produtores rurais. Para Graziano (2001), isso decorre de um lado da inexistência de uma política de apoio à agricultura familiar no Brasil tal como a existente nos países desenvolvidos; de outro, da própria política de assentamentos posta em prática no Brasil: os assentamentos não passam de intervenções pontuais, soluções tópicas de conflitos e estão cheios de problemas como a falta de infraestrutura, crédito, assistência técnica; e sobram agiotas, atravessadores, latifundiários armados.

Isso acabará, como já acontece, nos levando a uma superexploração dos produtores familiares e dos assentados, engrossando o volume de precarização da contratação do trabalho no Brasil, assim como a flexibilização do trabalho e a informalidade.

Na realidade do Assentamento Fazenda Reunidas de Promissão - SP, assim como nas afirmativas de Alentejano para os assentamentos do Rio de Janeiro, a diversificação da produção, a pluriatividade e também das atividades não agrícolas já se manifestam desde o seu surgimento.

Não é raro o investimento de recursos oriundos de trabalho urbano ou de prestação de serviços, bem como de atividades não agrícolas serem investidos na produção do lote de

reforma agrária e na reprodução da família. O que resulta em um conjunto de fenômenos semelhantes aos tratados por Carneiro e Graziano da Silva para os produtores familiares.

Assim como vêm sendo utilizadas pelos produtores familiares historicamente, estão sendo utilizadas pelos assentados para tentarem permanecer na terra conquistada com a reforma agrária. O que falta com certeza é uma forte e responsável política agrícola voltada à produção familiar para o nosso país.

Em tempo, a partir do mês de junho de 2017, o governo federal anunciou que tentará flexibilizar o acesso a créditos para os recém assentados visando infraestrutura e moradia, bem como melhorar o acesso às linhas do PRONAF, visando otimizar a viabilidade dos assentamentos e acalmar os ânimos dos movimentos sociais que atuam pela reforma agrária.

Segundo Navarro e Pedroso (2014, p. 19), a concentração de renda e de capacidade produtiva em algumas regiões e estratos das propriedades rurais mais integradas e modernizadas do país, aliadas a aspectos climáticos, e de equívocos políticos públicos, nos levarão a um grave processo migratório e de abandono de certas regiões rurais: “[...] o futuro próximo não parece ser o mais promissor para a sua estruturação societária: o Brasil poderá ser o maior produtor de alimentos do mundo, mas suas regiões rurais e o interior do país serão um deserto demográfico.”

Navarro e Pedroso (2014) defendem que é necessária uma reavaliação das políticas públicas para os pequenos produtores. Os equívocos das atuais políticas de crédito, assistência técnica e acesso à modernização tecnológica, destinarão ao esvaziamento e à inviabilidade econômica de milhões de propriedades rurais no Brasil nas próximas duas décadas, principalmente na região nordeste, onde a população rural é predominantemente idosa.

Werlang e Mendes (2016, p. 159) defendem uma postura crítica em relação à pluriatividade. Para eles, essa prática como opção para o incremento da renda familiar, é “nociva no que condiz a tornar-se o trabalho agrícola apêndice do trabalho industrial ou, ainda, do trabalho não industrial precário e mal remunerado. Ademais, esta transformação adia, prejudica e protela toda a discussão acerca da Reforma Agrária, tão necessária no país.”

Werlang e Mendes (2016, p.159) condenam a pluriatividade, pois estas ocupações são, para eles, também vetores da destruição de uma economia com base na agricultura familiar:

[...] cresce, nos interstícios da pequena agricultura familiar, um mundo rural cada vez mais “desruralizado”. Neste espaço, o capital tem feito suas investidas, ampliando fronteiras e incitando o fim de modos de vida e trabalho tradicionais. Destarte, a acentuação da exploração capitalista no meio rural, pelas vias da pluriatividade e da articulação com a indústria, tem levado à proletarianização do pequeno agricultor e à precarização do trabalho realizado, avalizando que o processo de modernização imprimiu à agricultura familiar mudanças que deixam os pequenos agricultores alheios ao seu papel originário na produção agrícola.

Como se fosse uma obrigação os pequenos proprietários rurais permanecerem como produtores de produtos agropecuários. Mesmo que isso signifique seu empobrecimento e falência.

Carneiro e Palm (2016, p. 200) em estudo recente com agricultores familiares de montanha, um estudo de caso em São Pedro da Serra - Nova Friburgo - RJ, afirmam que para poderem levar a vida que desejam e contribuir em seu progresso econômico, reforçam a sua condição de agricultores pluriativos. Naquela região, a agricultura não se coloca mais como atividade viável no sustento exclusivo das famílias. Mas, destacam também a dimensão multifuncional dessa agricultura que, para além da produção de alimentos, presta importantes serviços à sociedade seja na preservação da floresta ao longo desse período de ocupação do território, seja na manutenção dos recursos hídricos e, principalmente, na persistência de uma sociedade viva com um tecido social denso de sociabilidade e de manifestações culturais.

Walkowsk, Damo e Loch (2017, p.327) destacam que, em Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina, surgiu a necessidade de dinamizar as atividades no campo na tentativa de resgatar a autoestima do agricultor e revitalizar o espaço rural. As novas atividades não agrícolas, também chamadas de agricultura pluriativa, são uma forma de incrementar a renda familiar. O Agroturismo (segmento adotado pelo projeto Acolhida na Colônia), possibilita a troca de experiências e o convívio com os hábitos das famílias rurais, gerando renda complementar a partir de atividades não agrícolas como o turismo.

#### **4 CONCLUSÕES**

Os conceitos citados neste trabalho acabam por se impor para a explicação da realidade de nossos produtores familiares e assentados da reforma agrária. Mas, ao contrário de tendências que apontam a defesa da implementação de pluriatividade e atividades rurais não agrícolas como alternativas para que esses sujeitos permaneçam no campo, questiona-se a diversificação das atividades produtivas para a realização de expectativas dessas famílias.

Considera-se mais uma vez a validade das visões de Carneiro sobre os projetos familiares e suas estratégias para a permanência no campo e a noção de produtor familiar para além daquela de empreendedor rural.

Reforça-se as críticas ao aprofundamento da superexploração dos produtores familiares, sem, no entanto, apego a uma visão economicista para a questão.

Mas, não se deve esquecer, que o capitalismo acaba se reconfigurando e os benefícios dos grandes empresários, a concentração de capital, aumentam toda vez que o produtor rural e

o trabalhador urbano ampliam sua capacidade de produção, produtividade, qualidade de produtos, etc.

Os agricultores necessitam de uma política agrícola séria e responsável voltada à produção familiar que inclua a realidade dos assentados da reforma agrária. Esta, precisa investir em incentivos à produção de alimentos, além de respeitar vocações, necessidades regionais e locais, contribuindo para que os sonhos de permanência na terra possam ser assegurados às famílias rurais. Além disso, deve-se pensar uma permanência no campo, que supere e acabe com a realidade, de pobreza ou miséria rural do número significativo de produtores familiares e assentados, citada por Graziano da Silva e outros autores.

A diversidade de experiências e a fusão das várias propostas de superação destas, acabam por gerar novas realidades e afetam profundamente o imaginário, os costumes, hábitos, em síntese, a cultura rural do produtor familiar. A tendência é que a homogeneização de situações no rural não ocorra e as resistências e lutas gerem novas estratégias de sobrevivência e novos debates teóricos sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.

ANUÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR. Erechim, RS: Editora Bota Amarela, 2015.

AZEVEDO, R. M. M.; LOPES, R. M. R.; GONÇALVES, S. Ressignificação do rural e sua relação com o urbano: o turismo como expressão de novas possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 5, nov. -2013/jan., 2014, p. 824-835. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/800/752>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm)>. Acesso em: 25 fev. 2013.

BRASIL. MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva de flores e mel**. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar – SAF. **Manual do agente emissor de Declaração de Aptidão ao PRONAF**. Brasília, DF, Janeiro de 2014. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/MANUAL\\_DO\\_AGENTE\\_EMITSOR\\_CORRE%C3%87%C3%95ES\\_16.01.2014\\_%281%29.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/MANUAL_DO_AGENTE_EMITSOR_CORRE%C3%87%C3%95ES_16.01.2014_%281%29.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2015.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MAUAD/PROEX. 1999.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. 228 p.

CARNEIRO, M. J. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou reemergência da ruralidade (versão preliminar). SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2. A Dinâmicas das Atividades Agrícolas e Não – Agrícolas no Novo Rural Brasileiro: Fase III do Projeto Rurbano”. 2001, Campinas. **Anais ...** Campinas: NEA – Instituto de Economia – UNICAMP, 02 de outubro de 2001.

CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L. Modos de vida de agricultores familiares de montanha: um estudo de caso em São Pedro da Serra – Nova Friburgo - RJ. **Revista IluMinuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 180-202, jan. - jun., 2016. Disponível em: <[www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/download/64566/37345](http://www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/download/64566/37345)>. Acesso em: 02 jun. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Campinas. 2001.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2.000.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out. - dez. 2014. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1452](https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1452)>. Acesso em: 03 jun. 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 7-20, out. - dez., 2014. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1444](https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1444)>. Acesso em: 03 jun. 2017.

SANTOS, C. N.; THOMAZ, R. C. C. Cultura e turismo no espaço rural: limites e possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 5, nov. 2013 -jan., 2014, p. 958-971. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/800/752>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SOUZA, K. R.; BORÉM, R. A. T.; ALVES, H. M. R. Turismo rural: alternativa de melhoria para a agricultura familiar do Sul de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 5, nov., 2013 – jan., 2014, p. 990-1015. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/800/752>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

WALKOWSK, M. C.; DAMO, M. R. S.; LOCH, C. Projeto Acolhida na Colônia no Estado de Santa Catarina- SC: Um território de identidade e turismo sob a ótica da Linguagem de Padrões. **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, v. 19, n. 2, p. 319-344, maio - ago. 2017. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/10846/6144>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

WANDERLEY, M. N. B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. In: **Revista de economia e sociologia rural**. Piracicaba, v. 52, Supl. 1, p. 25-44. fev. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 maio 2017.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WERLANG, R.; MENDES, J. M. R. Pluriatividade no meio rural: flexibilização e precarização do trabalho na agricultura familiar. **Rev. Em Pauta**, Rio de Janeiro \_ 2º Semestre de 2016 - n. 38, v. 14, p. 140 - 163. Disponível em: <[www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/27857/20033](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/27857/20033)>. Acesso em: 03 maio 2017.